

o GLOBO Surpresas à parte

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

A previsão mais segura sobre o próximo ano é a de que os economistas continuarão a fazer previsões: sobre o PIB, a receita cambial, a taxa da inflação e o comportamento da taxa de juros. A segunda previsão mais segura é a de que farão tudo isso dizendo que não são futurólogos, errarão todas, como de costume, e como de costume culparão a política. Politicamente, o ano se iniciará com cerca de setenta milhões de eleitores dispostos a votar, enquanto menos de seiscentos indecisos cavalheiros se desentendem sobre quando, como e para que esse exagero de eleitorado irá se manifestar. Estão em pauta outra vez o tamanho do mandato do atual Presidente (quatro ou cinco anos), o regime de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e o sistema eleitoral (majoritário ou proporcional).

Tipologicamente, teríamos aí lugar para oito partidos, desde os presidencialistas, favoráveis ao sistema eleitoral majoritário e a um mandato de quatro anos, até parlamentaristas, adeptos do sistema proporcional e defensores de um mandato de cinco anos para o atual Presidente, além de seis outras misturas possíveis. Que dizer da introdução de outros temas controversos — por exemplo, a estabilidade, a reserva de mercado, a nacionalização da distribuição de derivados do petróleo? Embora grande, existe um número finito de combinações, algumas mais próximas entre si do que em relação a terceiras, e é por isso que surgem as coalizões parlamentares, estáveis ou instáveis conforme o grau de institucionalização do sistema político. Onde tudo, aliás, começa e acaba.

Um sistema político bem institucionalizado significa, entre outras coisas, que tanto o eleitorado quanto os políticos profissionais têm já sedimentada uma hierarquia de preferências face às questões da ordem do dia. Por exemplo, alguém pode, em relação ao regime de governo, ser favorável ao presidencialismo tal como existe hoje, em seguida favorecer um presidencialismo mitigado, depois um parlamentarismo a meias (desde que parlamentarismo a meias seja qualquer coisa diferente de presidencialismo mitigado — valham as expressões correntes que isto é só um exemplo, caramba!) e só em último lugar é que aceitará o parlamentarismo puro. O mesmo exercício de hierarquização vale para as demais questões.

Além de hierarquizadas, posições políticas alternativas, conflitantes mesmo, são defendidas com variável grau de intensidade. Ou seja, alguém pode ser mais a favor do presidencialismo do que contra o voto proporcional, enquanto outrem será

mais a favor do voto proporcional do que contra o presidencialismo, e assim por diante. Quando essas duas condições, entre outras, ocorrem, se diz que o sistema está razoavelmente institucionalizado, porque coalizões estáveis podem emergir entre grupos que votam a favor do sistema proporcional, sendo contra, mas porque preferem mais o presidencialismo, em troca do voto em favor do presidencialismo de outros grupos que, embora a ele contrário, preferem mais intensamente o voto proporcional. O que permite aos políticos alterarem posições na hierarquia de preferências, para atender à intensidade dessas mesmas preferências, é a percepção às vezes errônea de que seus eleitorados respectivos os acompanham nessas mudanças de rumo. Quando acertam, são reeleitos, quando não, derrotados.

É evidente que quando alguém prefere tudo com a mesma intensidade não há diálogo, acordo ou negociação possível. A isso chama-se de radicalização. Uma democracia estável, por definição, não convive bem com generalizado radicalismo. É importante atentar para o fato de que "radicalismo" não se identifica apenas com os extremos do espectro político. Na realidade, é perfeitamente possível ter direitistas e esquerdistas não radicais, isto é, capazes de graduar a intensidade de suas preferências e, pois, de negociar, ao lado de obtusos "centristas", mongolóides políticos a se agarrar com a mesma sofreguidão aos dedos, aos anéis e aos dedos e anéis alheios. Deu para identificar?

Ora, o que ainda não está claro é o que desejam afinal os senhores constituintes e com que força o desejam. Este não é um mero problema de redação constitucional, posto que há outra coisa, esta sim clara, a considerar: o nível de mobilização política da população brasileira que é algo inédito na História do País, com certeza, e de poucos paralelos contemporâneos.

Retrospecto. Tudo começou a pegar maior embalo com as eleições de 82, tendo significado uma retomada da confiança popular no valor real das eleições. O absentismo eleitoral (não comparecimento mais votos nulos e em branco) que fora de 40%, em 74, baixara para 39%, em 78, e chegando a 32%, em 82, sendo este número inferior ao das eleições de 1962, a última do pré-autoritarismo. Desde então, e até agora, não mais se parou. Vieram a campanha pelas eleições diretas — e tome povo na rua —, as eleições para prefeito, a reorientação da mobilização política sobre o colégio eleitoral — e tome povo na rua —, o Plano Cruzado e a convocação ao povo, vieram as eleições de 86 e enquanto 87 foi atravessado por toda sorte de reivindicações e movimentos em torno da Constituinte, o ano de 88 trará novas elei-

ções para prefeitos e, provavelmente, eleições presidenciais. Seis anos de mobilização política contínua distendem os nervos de qualquer cidadania.

Ao lado da mobilização, o rastilho organizatório. O processo de acumulação capitalista trouxe, como não podia deixar de ser, intensificação na divisão social do trabalho, deferenciação e convergência de interesses, organizações. Ninguém fala mais sozinho neste país, exceto os maluquinhos. Estamos todos associados, organizados, corporativizados. Existe uma estrutura organizacional paralela àquela que foi criada pelo Estado Novo, e muito mais extensa e complexa do que ela. A nova estrutura tanto pode funcionar como sistema de apoio político, quanto como focos de resistência civil. Possivelmente o grupo social mais ignorante deste fenômeno seja o dos intelectuais e, entre estes, o dos economistas.

A dinâmica já iniciada e a se intensificar pelos próximos anos, portanto também em oitenta e oito, é a do entrechoque entre essa multiplicidade de microagregados sociais. Como é óbvio, quando os médicos do serviço público fazem greve, não são apenas seus empregadores que ajoelham da procedência da greve. Os caminhoneiros em greve complicam os negócios dos feirantes. Os bancários incomodam os correntistas, estes a seus credores e assim por diante. Quer dizer, em uma sociedade complexa qualquer conflito social possui muito mais do que dois lados. E esta é uma sociedade complexa que se expressa através de instituições arcaicas. A competição entre os diversos grupos sociais, sem a interferência do Estado, é a única forma de superar o atraso institucional e fazer com que venham a coalescer as diversas hierarquias de preferências.

Uma Constituinte algo desnorteada não é surpreendente em uma sociedade que atravessa período bêbado de sua História. Muito do que vai acontecer em 88 aconteceria em qualquer caso, com qualquer Constituição, e mesmo sem Constituição alguma. Importante a reter é que nenhuma Constituição pode impedir a eclosão do conflito social; só a coação pode, quando pode. Nenhuma Constituição é capaz também de promover a justiça social — quando muito não criará obstáculos jurídicos a esta. Seja qual for, portanto, a Constituição, haja ou não eleições em oitenta e oito, com parlamentarismo ou presidencialismo, o próximo ano vai ser um bocado parecido com 87, surpresas à parte. Como disse, vivemos período bêbado e quem é que sabe o que um país bêbado é capaz de aprontar?